



## SUMÁRIO

NOTA PRÉVIA À 8. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	11
NOTA PRÉVIA À 7. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	13
NOTA PRÉVIA À 6. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	15
NOTA PRÉVIA À 5. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	17
NOTA PRÉVIA À 4. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	19
NOTA PRÉVIA À 3. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	21
NOTA PRÉVIA À 2. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	23
APRESENTAÇÃO À 1. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	25

### Parte I TEORIA GERAL DOS RECURSOS

#### 1. NOÇÕES GERAIS

1. Conceito de recurso no processo civil .....	47
2. Natureza jurídica do recurso .....	51
2.1 Recurso como prolongamento da ação originária .....	52
2.2 Recurso como pretensão autônoma no mesmo processo .....	54
2.3 Condição jurídica do provimento sujeito a recurso.....	61
3. Classificação dos recursos no processo civil.....	65
3.1 Recursos ordinários e extraordinários.....	69
3.2 Recursos de motivação livre (ou simples) e vinculada .....	71
3.3 Recursos independentes e subordinados .....	72
3.3.1 Designação do recurso subordinado .....	74
3.3.2 Natureza jurídica do recurso subordinado.....	75
3.3.3 Condições de admissibilidade do recurso subordinado .....	76
3.3.3.1 Cabimento do recurso subordinado.....	76
3.3.3.2 Legitimidade para interpor recurso subordinado.....	79
3.3.3.3 Interesse na interposição do recurso subordinado .....	80
3.3.3.4 Tempestividade do recurso subordinado .....	81
3.3.3.5 Regularidade formal do recurso subordinado .....	82
3.3.3.6 Preparo do recurso subordinado.....	82
3.3.4 Procedimento do recurso subordinado.....	83
3.3.5 Julgamento do recurso subordinado.....	85

## 2. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DOS RECURSOS

4. Princípios fundamentais em matéria de recursos .....	89
5. Princípio do duplo grau na unidade do processo.....	90
5.1 Fundamentos do princípio do duplo grau.....	92
5.2 Base política do princípio do duplo grau.....	95
5.3 Base técnica do princípio do duplo grau.....	98
6. Princípio da taxatividade.....	101
6.1 Recursos previstos na codificação processual .....	101
6.2 Recursos previstos nas leis extravagantes .....	103
6.3 Constitucionalidade das restrições à recorribilidade.....	104
6.4 Exceções ao princípio da taxatividade .....	104
7. Princípio da singularidade .....	107
8. Princípio da fungibilidade.....	111
8.1 Casos de dúvida objetiva.....	112
8.2 Admissibilidade do princípio da fungibilidade .....	116
8.3 Condições da aplicação do princípio da fungibilidade.....	119
8.4 Efeitos do reconhecimento da impropriedade do recurso .....	122
9. Princípio da dialeticidade.....	122
9.1 Configuração da dialeticidade.....	123
9.2 Fundamento da dialeticidade.....	124
9.3 Requisitos da dialeticidade.....	125
10. Princípio da voluntariedade .....	126
11. Princípio da irrecorribilidade das interlocutórias.....	127
12. Princípio da complementaridade .....	130
13. Princípio da consumação .....	132
14. Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	133
14.1 Aplicação e evolução do princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	134
14.2 Fundamento da <i>reformatio in pejus</i> .....	136
14.3 Espécies de <i>reformatio in pejus</i> .....	138
14.4 Limites da proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	139
14.4.1 Casos de inadmissibilidade da <i>reformatio in pejus</i> .....	139
14.4.2 Casos de admissibilidade da <i>reformatio in pejus</i> .....	141

## 3. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE E JUÍZO DE MÉRITO DOS RECURSOS

15. Distinção entre a admissibilidade e o mérito do recurso.....	147
16. Juízo de admissibilidade.....	149
16.1 Natureza do juízo de admissibilidade.....	150
16.2 Competência para o juízo de admissibilidade.....	151
16.3 Forma do juízo de admissibilidade.....	152
16.4 Momento do juízo de admissibilidade.....	154
16.5 Objeto do juízo de admissibilidade .....	156



17. Juízo de mérito .....	157
17.1 Natureza do juízo de mérito .....	157
17.2 Competência para o juízo de mérito .....	157
17.3 Forma do juízo de mérito .....	160
17.4 Momento do juízo de mérito .....	160
17.5 Objeto do juízo de mérito .....	161
17.5.1 Relação entre o mérito da causa e o mérito do recurso .....	162
17.5.2 Causa de pedir do recurso .....	163
17.5.3 Pedido do recurso .....	166
<b>4. CONDIÇÕES DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS</b>	
18. Classificação das condições de admissibilidade .....	169
19. Requisitos intrínsecos .....	171
19.1 Cabimento .....	171
19.1.1 Classificação dos atos recorríveis .....	172
19.1.2 Correlação entre atos decisórios e recursos .....	179
19.1.3 Equívocos do recorrente .....	183
19.2 Legitimidade .....	184
19.2.1 Legitimidade da parte .....	184
19.2.2 Legitimidade do Ministério Público .....	188
19.2.3 Legitimidade do terceiro .....	190
19.2.4 Legitimidade do juiz e dos seus auxiliares .....	195
19.2.5 Legitimidade do advogado .....	197
19.3 Interesse para recorrer .....	199
19.3.1 Utilidade do recurso .....	199
19.3.2 Necessidade do recurso .....	207
19.4 Inexistência de fato impeditivo ou extintivo .....	210
19.4.1 Renúncia .....	210
19.4.1.1 Distinção das figuras afins .....	210
19.4.1.2 Natureza da renúncia .....	211
19.4.1.3 Requisitos da renúncia .....	211
19.4.1.4 Oportunidade da renúncia .....	211
19.4.1.5 Efeitos da renúncia .....	212
19.4.2 Desistência .....	213
19.4.2.1 Distinção das figuras afins .....	214
19.4.2.2 Natureza da desistência .....	214
19.4.2.3 Espécies de desistência .....	214
19.4.2.4 Requisitos da desistência .....	215
19.4.2.5 Oportunidade da desistência .....	217
19.4.2.6 Efeitos da desistência .....	218
19.4.3 Aquiescência .....	220
19.4.3.1 Distinção das figuras afins .....	220
19.4.3.2 Natureza da aquiescência .....	220

19.4.3.3	Espécies de aquiescência .....	220
19.4.3.4	Requisitos da aquiescência .....	221
19.4.3.5	Oportunidade da aquiescência .....	222
19.4.3.6	Efeitos da aquiescência .....	222
19.4.4	Depósito prévio da multa .....	223
19.4.5	Inexistência de repercussão geral da questão constitucional .....	225
20.	Requisitos extrínsecos .....	226
20.1	Tempestividade .....	226
20.1.1	Quantitativo do prazo .....	228
20.1.2	Contagem do prazo: termo inicial .....	230
20.1.3	Contagem do prazo: natureza e ampliações .....	235
20.1.4	Contagem do prazo: suspensão e interrupção .....	240
20.1.5	Controle da tempestividade .....	244
20.2	Regularidade formal .....	247
20.2.1	Petição escrita .....	247
20.2.2	Identificação das partes .....	250
20.2.3	Causa de pedir ou fundamentação do recurso .....	251
20.2.4	Pedido de reforma ou de invalidação .....	254
20.2.5	Requisitos suplementares .....	254
20.3	Preparo .....	258
20.3.1	Dispensa do preparo .....	263
20.3.2	Relevação da deserção .....	264
21.	Efeitos do juízo de admissibilidade .....	265

## 5. EFEITOS DOS RECURSOS

22.	Classificação dos efeitos dos recursos .....	269
23.	Efeito obstativo .....	274
24.	Efeito devolutivo .....	278
24.1	Fundamento do efeito devolutivo .....	279
24.2	Conceito de efeito devolutivo .....	281
24.3	Espécies de devolução .....	282
24.4	Objeto da devolução .....	282
24.5	Órgão destinatário da devolução .....	283
24.6	Exclusão do benefício comum através do efeito devolutivo .....	284
24.7	Devolução das questões discutidas .....	285
24.8	Devolução das questões de ordem pública .....	285
24.9	Extensão subjetiva da devolução .....	287
24.9.1	Espécies de litisconsórcio .....	288
24.9.2	Fundamento e âmbito de incidência da extensão subjetiva .....	290
24.9.3	Requisitos da extensão subjetiva .....	292
24.9.4	Disciplina das despesas processuais .....	294
25.	Efeito suspensivo .....	295
25.1	Fundamento do efeito suspensivo .....	296



## SUMÁRIO

31

25.2	Conceito de efeito suspensivo .....	298
25.3	Objeto do efeito suspensivo .....	298
25.3.1	Efeitos dependentes da suspensão .....	299
25.3.2	Efeitos independentes da suspensão.....	300
25.3.3	Efeitos subordinados ao trânsito em julgado .....	301
25.3.4	Efeito suspensivo reflexo.....	302
25.4	Termo inicial e termo final do efeito suspensivo .....	302
25.5	Extensão do efeito suspensivo .....	303
25.6	Recursos suspensivos .....	304
25.7	Recursos não suspensivos .....	306
25.8	Concessão <i>ope legis</i> do efeito suspensivo.....	308
25.9	Concessão <i>ope iudicis</i> do efeito suspensivo.....	309
25.10	Antecipação dos efeitos da pretensão recursal .....	314
26.	Efeito substitutivo .....	316
26.1	Fundamento do efeito substitutivo .....	316
26.2	Conceito do efeito substitutivo .....	317
26.3	Espécies de efeito substitutivo.....	317
26.4	Objeto da substituição.....	318
26.5	Efeitos da substituição.....	321

## 6. PROCEDIMENTO DOS RECURSOS NO TRIBUNAL

27.	Disposições comuns aos recursos e demais causas .....	325
28.	Função dos tribunais no julgamento dos recursos.....	325
29.	Função da jurisprudência dos tribunais: precedente.....	329
29.1	Uniformização da jurisprudência no direito anterior .....	329
29.2	Uniformização da jurisprudência no direito vigente .....	333
29.2.1	Atributos da jurisprudência dos tribunais .....	334
29.2.2	Incorporação da jurisprudência dominante em súmula .....	335
29.2.3	Vinculação dos órgãos judiciários ao precedente.....	337
29.2.4	Objeto da vinculação dos órgãos judiciários.....	338
29.2.5	Revisão do precedente .....	342
29.2.5.1	Competência na revisão do precedente .....	343
29.2.5.2	Meios para revisão do precedente.....	343
29.2.5.3	Requisitos da revisão do precedente .....	344
29.2.5.4	Efeitos da revisão do precedente.....	346
30.	Fase da distribuição do recurso .....	347
30.1	Registro do recurso no protocolo .....	347
30.2	Distribuição do recurso .....	348
30.3	Remessa à secretaria do órgão fracionário e conclusão ao relator .....	351
31.	Procedimento abreviado do julgamento dos recursos .....	352
31.1	Objeto da decisão do relator .....	353
31.1.1	Recursos excluídos da decisão singular .....	353
31.1.2	Poderes do relator nas ações impugnativas e nos sucedâneos recursais ..	355



31.2	Fundamentos da decisão do relator.....	356
31.2.1	Recurso inadmissível.....	357
31.2.2	Recurso prejudicado.....	358
31.2.3	Recurso incongruente.....	360
31.2.4	Recurso contrário em súmula ou ao precedente.....	360
31.2.5	Recurso fundado em súmula ou em precedente.....	363
31.3	Momento da decisão do relator.....	364
31.4	Forma da decisão do relator.....	364
32.	Fase inicial do procedimento completo.....	365
32.1	Atribuições gerais do relator.....	365
32.2	Abertura de vista ao Ministério Público.....	367
32.3	Requisitos da exposição do relator.....	368
32.4	Conclusão ao revisor.....	370
32.4.1	Subsistência do revisor.....	371
32.4.2	Atribuições do revisor.....	371
32.4.3	Consequências da falta de revisão.....	373
32.4.4	Consequências da falta de participação do revisor no julgamento.....	373
32.5	Designação de dia de julgamento.....	373
32.6	Publicação da pauta de julgamento.....	375
32.6.1	Caráter público ou reservado da sessão.....	375
32.6.2	Requisitos da publicação.....	376
32.6.3	Prazo de espera da sessão.....	378
32.6.4	Afixação da pauta na entrada da sala de sessões.....	379
32.6.5	Consequências do adiamento.....	380
32.6.6	Vista dos autos na secretaria.....	381
32.7	Vinculação do relator.....	381
32.8	Distribuição de cópias do relatório.....	382
33.	Fase intermediária do procedimento do recurso.....	383
33.1	Etapas do julgamento.....	384
33.2	Abertura da sessão.....	384
33.3	Ordem dos julgamentos: precedência obrigatória do agravo de instrumento.....	385
33.4	Ordem dos julgamentos: as preferências legais, regimentais e voluntárias.....	389
33.5	Exposição do relator.....	393
33.6	Debate oral.....	394
33.6.1	Casos de admissibilidade da sustentação oral.....	394
33.6.2	Prazo da sustentação oral.....	396
33.6.3	Conteúdo da sustentação oral.....	398
33.6.4	Sustentação oral do Ministério Público.....	398
33.6.5	Atitude dos julgadores perante a sustentação oral.....	398
33.6.6	Forma da sustentação oral.....	399
33.7	Deliberação do órgão fracionário.....	400
33.7.1	Publicidade e garantias da deliberação.....	400
33.7.2	Quórum da deliberação.....	401
33.7.3	Ordem da deliberação.....	403



33.7.3.1	Conceito de questão preliminar .....	404
32.7.3.2	Espécies de questões preliminares.....	405
33.7.3.3	Efeitos da apreciação das preliminares .....	406
33.7.3.4	Iniciativa da suscitação da preliminar .....	406
33.7.3.5	Ordem de votação das preliminares.....	407
33.7.3.6	Consequências do julgamento da preliminar .....	409
34.	Incidentes no julgamento dos recursos .....	409
34.1	Assunção de competência .....	410
34.1.1	Pressupostos da assunção de competência .....	412
34.1.1.1	Julgamento pendente .....	412
34.1.1.2	Relevante questão de grande repercussão social.....	413
34.1.2	Iniciativa da assunção de competência .....	415
34.1.3	Oportunidade da assunção de competência.....	416
34.1.4	Competência na admissão da assunção de competência.....	417
34.1.5	Procedimento inicial da assunção de competência .....	418
34.1.6	Procedimento final da assunção de competência.....	421
34.1.7	Efeito da deliberação: o precedente .....	422
34.1.8	Aplicação do direito à espécie.....	424
34.2	Declaração incidental de inconstitucionalidade.....	425
34.2.1	Objeto da arguição de inconstitucionalidade.....	426
34.2.2	Legitimidade para arguir a inconstitucionalidade.....	427
34.2.3	Oportunidade da arguição de inconstitucionalidade.....	427
34.2.4	Procedimento inicial da arguição da constitucionalidade.....	428
34.2.4.1	Audiência do Ministério Público e das partes na arguição .....	428
34.2.4.2	Apreciação da arguição no órgão de origem.....	428
34.2.4.3	Rejeição da arguição de inconstitucionalidade.....	429
34.2.4.4	Desnecessidade da renovação do controle de constitu- cionalidade .....	429
34.2.4.5	Acolhimento da arguição de inconstitucionalidade.....	430
34.2.4.6	Descumprimento da cláusula de reserva do plenário .....	431
34.2.5	Procedimento final da arguição da constitucionalidade.....	432
34.2.5.1	Órgão competente para declarar a inconstitucionalidade.....	432
34.2.5.2	Designação da data de julgamento da arguição.....	432
34.2.5.3	Remessa de cópias do acórdão.....	433
34.2.5.4	Intervenção de terceiros na arguição de inconstitucionalida- de .....	433
34.2.5.5	Quórum para declarar a inconstitucionalidade .....	434
34.2.5.6	Efeitos da pronúncia da inconstitucionalidade.....	435
34.2.5.7	Recorribilidade do pronunciamento incidental.....	436
34.2.6	Retomada do julgamento no órgão fracionário .....	436
34.3	Afetação do julgamento.....	437
34.3.1	Oportunidade da afetação.....	438
34.3.2	Pressupostos da afetação .....	438

34.3.3	Iniciativa da afetação .....	439
34.3.4	Desnecessidade de acórdão para afetar o julgamento.....	440
34.3.5	Assunção ou rejeição da competência.....	440
34.3.6	Escolha de novo relator .....	441
34.3.7	Efeitos do julgamento em caso de afetação .....	441
34.4	Conversão do julgamento em diligência.....	441
34.4.1	Prazo da diligência .....	443
34.4.2	Remessa dos autos ao juízo <i>a quo</i> .....	443
34.4.3	Prosseguimento do julgamento .....	444
34.4.4	Desnecessidade de acórdão.....	444
34.5	Adiamento do julgamento por vista .....	445
34.5.1	Legitimidade para pedir ou tomar vista .....	445
34.5.2	Oportunidade do pedido de vista.....	446
34.5.3	Prazo da vista.....	446
34.5.4	Consequências da inobservância do prazo .....	448
34.6	Constatação de fatos supervenientes e questões de ordem pública.....	448
34.6.1	Iniciativa quanto à constatação.....	450
34.6.2	Prazo de manifestação das partes.....	450
34.6.3	Efeitos da preterição do contraditório .....	450
34.7	Ampliação do quórum da deliberação .....	450
34.7.1	Natureza da ampliação do quórum.....	453
34.7.2	Cabimento da ampliação do quórum.....	454
34.7.3	Formas da ampliação do quórum .....	456
34.7.4	Prosseguimento do julgamento com o quórum ampliado .....	457
34.8	Resolução de demandas repetitivas .....	458
34.8.1	Natureza do incidente de resolução de demandas repetitivas .....	459
34.8.2	Pressupostos do incidente de resolução de demandas repetitivas .....	460
34.8.3	Objeto do incidente de resolução de demandas repetitivas.....	461
34.8.4	Iniciativa no incidente de resolução de demandas repetitivas.....	461
34.8.5	Instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas.....	462
34.8.5.1	Órgão competente para processar e julgar o incidente.....	463
34.8.5.2	Instrução do pedido de instauração do incidente .....	463
34.8.5.3	Controle da admissibilidade do incidente .....	464
34.8.5.4	Intervenção do Ministério Público no incidente.....	464
34.8.6	Efeitos da instauração do incidente de resolução de demandas repeti- tivas .....	465
34.8.7	Procedimento do incidente de resolução de demandas repetitivas .....	466
34.8.7.1	Debate e instrução do incidente .....	466
34.8.7.2	Prazo de julgamento do incidente .....	467
34.8.7.3	Julgamento do incidente .....	467
34.8.8	Efeitos da tese jurídica.....	468
34.8.9	Revisão da tese jurídica.....	469
35.	Fase final do procedimento completo.....	469





## SUMÁRIO

35

35.1	Formação do pronunciamento do órgão fracionário .....	470
35.1.1	Dualidade de votos .....	471
35.1.2	Igualdade de votos.....	471
35.1.3	Disparidade de votos .....	473
35.2	Proclamação do resultado .....	475
35.2.1	Requisitos da proclamação .....	476
35.2.2	Retificação da proclamação .....	477
35.3	Modificação do voto .....	477
35.4	Designação de redator para o acórdão .....	480
35.5	Requisitos do acórdão .....	482
35.5.1	Designação da peça representativa do julgamento colegiado.....	482
35.5.2	Elementos do acórdão .....	483
35.5.3	Forma do acórdão.....	485
35.6	Publicação do acórdão.....	486
35.7	Baixa dos autos ao juízo de origem.....	487

## Parte II RECURSOS EM ESPÉCIE

### 7. APELAÇÃO

36.	Origem histórica da apelação .....	490
37.	Avaliação crítica da finalidade da apelação .....	493
38.	Cabimento da apelação .....	495
38.1	Crítério de cabimento da apelação no direito anterior.....	496
38.2	Crítério de cabimento da apelação no direito vigente.....	502
38.3	Casos de exclusão da apelação.....	505
38.4	Cabimento da apelação contra sentença definitiva .....	507
38.5	Cabimento da apelação contra sentença terminativa.....	509
39.	Efeitos da interposição da apelação .....	509
39.1	Efeito devolutivo da apelação.....	510
39.1.1	Material da cognição em primeiro grau .....	510
39.1.2	Relação entre o objeto da apelação e o objeto do processo .....	516
39.1.3	Dimensões do efeito devolutivo na apelação .....	517
39.1.4	Extensão do efeito devolutivo da apelação .....	517
39.1.4.1	Efeito devolutivo parcial e total da apelação .....	518
39.1.4.2	Efeito devolutivo da apelação no processo cumulado (efeito expansivo) .....	520
39.1.4.3	Efeito devolutivo da apelação contra sentença terminativa....	525
39.1.4.4	Efeito devolutivo da apelação quanto às questões de ordem pública .....	531
39.1.4.5	Efeito devolutivo da apelação contra sentença definitiva .....	532
39.1.5	Profundidade do efeito devolutivo .....	533

39.1.5.1	Efeito devolutivo da apelação na cumulação de causas e de fundamentos da defesa.....	533
39.1.5.2	Efeito devolutivo da apelação na cumulação de pedidos .....	535
39.1.5.3	Efeito devolutivo da apelação quanto às questões da mesma classe.....	535
39.1.5.4	Efeito devolutivo quanto às questões anteriores à sentença....	536
38.1.6	Efeito devolutivo no processo à revelia.....	537
39.2	Efeito suspensivo .....	539
39.2.1	Apelação sem efeito suspensivo.....	540
39.2.1.1	Sentença homologatória da divisão e demarcação .....	540
39.2.1.2	Sentença condenatória em alimentos .....	541
39.2.1.3	Sentença de extinção ou de improcedência dos embargos.....	542
39.2.1.4	Sentença de procedência da instituição de arbitragem .....	543
39.2.1.5	Sentença quanto à tutela provisória.....	543
39.2.1.6	Sentença de interdição .....	545
39.2.1.7	Demais casos de apelação sem efeito suspensivo .....	546
39.2.1.8	Casos controversos de apelação sem efeito suspensivo .....	547
39.2.2	Proibição de inovar.....	551
39.2.3	Cumprimento provisório da sentença .....	553
39.2.4	Meios para alcançar a suspensão <i>ope iudicis</i> .....	556
40.	Interposição da apelação .....	559
40.1	Considerações gerais.....	559
40.2	Forma da interposição da apelação.....	560
40.3	Conteúdo da petição de apelação .....	564
40.3.1	Indicação do apelante e do apelado .....	564
40.3.2	Exposição dos fundamentos do recurso .....	564
40.3.3	Formulação do pedido de nova decisão .....	566
40.3.4	Produção da prova documental e indicação dos demais meios de prova..	567
40.4	Suprimento dos defeitos da petição .....	567
41.	Suscitação de questões novas na apelação .....	568
41.1	Fundamentos da apelação limitada .....	568
41.2	Questões novas independentes da alegação de força maior .....	572
41.2.1	Questões de direito não suscitadas na origem.....	572
41.2.2	Questões de fato passíveis de apreciação <i>ex officio</i> .....	573
41.2.3	Questões de fato constantes do processo .....	573
41.2.4	Questões de fato supervenientes.....	574
41.2.5	Necessidade de contraditório prévio .....	577
41.3	Questões novas dependentes da alegação de força maior .....	578
42.	Recebimento da apelação .....	580
42.1	Retratação da sentença .....	580
42.2	Controle <i>per saltum</i> da admissibilidade da apelação .....	582



## SUMÁRIO

37

43. Procedimento da apelação em primeiro grau.....	583
43.1 Abertura de prazo para resposta .....	583
43.2 Audiência do apelante .....	585
43.3 Incidente de adesão .....	585
43.4 Abertura de vista ao Ministério Público.....	585
43.5 Remessa do processo ao tribunal.....	586
44. Julgamento da apelação no tribunal .....	587
45. Efeitos do julgamento da apelação .....	588
45.1 Efeitos do julgamento do mérito da apelação .....	589
45.2 Correção dos vícios de congruência e de fundamentação da sentença.....	590
45.3 Proibição da <i>reformatio in pejus</i> na apelação .....	593
45.4 Condenação nas despesas da sucumbência .....	594

## 8. AGRAVO DE INSTRUMENTO

46. Origem histórica do agravo .....	595
47. Avaliação crítica da finalidade do agravo .....	598
48. Espécies de agravo.....	607
49. Cabimento do agravo de instrumento .....	613
49.1 Admissibilidade do agravo de instrumento nas tutelas provisórias .....	615
49.2 Admissibilidade do agravo de instrumento na decisão de mérito .....	616
49.3 Admissibilidade do agravo de instrumento na rejeição da convenção de arbitragem .....	617
49.4 Admissibilidade do agravo de instrumento na desconsideração da personalidade jurídica.....	617
49.5 Admissibilidade do agravo de instrumento na rejeição ou revogação da gratuidade .....	617
49.6 Admissibilidade do agravo de instrumento na exibição ou posse de documento ou coisa .....	618
49.7 Admissibilidade do agravo de instrumento na exclusão de litisconsorte .....	619
49.8 Admissibilidade do agravo de instrumento na limitação do litisconsórcio .....	619
49.9 Admissibilidade do agravo de instrumento na intervenção de terceiros .....	621
49.10 Admissibilidade do agravo de instrumento no efeito suspensivo dos embargos à execução.....	621
49.11 Admissibilidade do agravo de instrumento na redistribuição do ônus da prova...	622
49.12 Admissibilidade do agravo de instrumento nos casos previstos na lei .....	623
49.13 Admissibilidade do agravo de instrumento na liquidação, na execução e no inventário.....	625
49.14 Inadmissibilidade do agravo contra as omissões do órgão judiciário.....	627
50. Procedimento do agravo de instrumento.....	627
50.1 Interposição do agravo de instrumento .....	628
50.1.1 Forma da interposição e endereçamento ao tribunal competente.....	628
50.1.2 Conteúdo e forma da petição de agravo de instrumento.....	630
50.1.3 Prazo do agravo de instrumento .....	638
50.1.4 Comunicação da interposição ao juízo de primeiro grau .....	639

50.2	Distribuição do agravo de instrumento .....	641
50.3	Providências do relator.....	641
50.3.1	Julgamento liminar do agravo de instrumento .....	641
50.3.2	Suspensão dos efeitos da decisão agravada e antecipação dos efeitos da pretensão recursal .....	642
50.3.3	Intimação do agravado .....	645
50.3.4	Intimação do Ministério Público .....	648
50.4	Conteúdo e forma da resposta do agravado .....	648
50.5	Retratação da decisão e seus efeitos.....	649
50.6	Providências subsequentes.....	650
51.	Efeitos da interposição do agravo de instrumento.....	650
51.1	Efeito devolutivo.....	651
51.1.1	Extensão do efeito devolutivo .....	652
51.1.2	Profundidade do efeito devolutivo .....	653
51.2	Efeito suspensivo .....	654
52.	Julgamento do agravo de instrumento.....	658
52.1	Julgamento do agravo de instrumento.....	658
52.2	Conflito entre a retratação e o desprovemento do agravo de instrumento.....	660
53.	Efeitos do julgamento do agravo de instrumento .....	661

## 9. AGRAVO INTERNO

54.	Origem e evolução do agravo interno.....	663
55.	Amplitude do cabimento do agravo interno .....	667
55.1	Agravo interno nos recursos especial e extraordinário .....	669
55.2	Agravo interno na concessão de efeito suspensivo ou antecipação dos efeitos da pretensão recursal .....	673
55.3	Agravo interno no conflito de competência.....	675
55.4	Agravo interno na suspensão de liminar ou sentença .....	676
55.5	Agravo interno contra ato do presidente de tribunal superior, de seção, de turma ou de relator .....	680
56.	Procedimento do agravo interno .....	681
56.1	Objeto do agravo interno.....	681
56.2	Prazo de interposição do agravo interno .....	682
56.3	Forma e conteúdo do agravo interno.....	682
56.4	Efeitos da interposição do agravo interno.....	684
56.5	Contraditório no agravo interno .....	684
56.6	Intimação do Ministério Público .....	686
56.7	Retratação da decisão agravada .....	687
56.8	Necessidade da publicação da pauta no agravo interno .....	688
57.	Julgamento do agravo interno .....	688
58.	Efeitos do julgamento do agravo interno.....	690
59.	Aplicação de multa ao agravante .....	691



## 10. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

60. Origem e evolução histórica dos embargos de declaração .....	693
61. Conceito e natureza jurídica dos embargos de declaração .....	696
62. Avaliação crítica dos embargos de declaração .....	699
63. Cabimento dos embargos de declaração .....	700
63.1 Provimentos embargáveis .....	700
63.1.1 Cabimento dos embargos de declaração contra sentenças .....	702
63.1.2 Cabimento dos embargos de declaração contra acórdãos .....	702
63.1.3 Cabimento dos embargos de declaração contra decisões interlocutórias..	704
63.1.4 Cabimento dos embargos de declaração contra decisões do relator .....	706
63.1.5 Cabimento dos embargos de declaração contra despachos .....	707
63.2 Defeitos típicos embargáveis .....	707
63.2.1 Omissão (prequestionamento) .....	708
63.2.1.1 Caracterização da omissão .....	708
63.2.1.2 Causa da omissão .....	711
63.2.1.3 Objeto da omissão .....	712
63.2.1.4 Prequestionamento .....	715
63.2.2 Obscuridade .....	722
63.2.3 Contradição .....	723
63.2.4 Erro material .....	725
63.2.5 Dúvida .....	726
63.3 Defeitos atípicos embargáveis .....	726
64. Efeitos da interposição dos embargos de declaração .....	730
64.1 Efeito devolutivo dos embargos de declaração .....	730
64.2 Efeito suspensivo dos embargos de declaração .....	732
64.3 Efeito interruptivo dos embargos de declaração .....	734
64.3.1 Objeto do efeito interruptivo .....	734
64.3.2 Contagem do prazo interrompido .....	735
64.3.3 Destinatários da interrupção .....	736
64.3.4 Efeito interruptivo dos embargos de declaração inadmissíveis .....	738
65. Procedimento dos embargos de declaração .....	740
65.1 Interposição dos embargos de declaração .....	740
65.2 Controle da admissibilidade pelo relator .....	742
65.3 Abertura de prazo para resposta do embargado .....	743
65.4 Prazo para julgamento dos embargos de declaração .....	746
66. Julgamento dos embargos de declaração .....	747
66.1 Competência para julgar os embargos de declaração .....	747
66.2 Dispensa da intimação prévia das partes .....	749
66.3 Impossibilidade de debate oral .....	749
66.4 Julgamento dos embargos de declaração no tribunal .....	750
67. Efeitos do julgamento dos embargos de declaração .....	752

67.1	Efeito modificativo.....	753
67.1.1	Efeito infringente .....	754
67.1.2	Integração do julgamento dos embargos ao provimento impugnado.....	756
67.2	Limites à <i>reformatio in pejus</i> nos embargos de declaração .....	757
67.3	Reiteração dos embargos de declaração .....	758
67.3.1	Casos de inadmissibilidade da reiteração dos embargos de declaração...	758
67.3.2	Repressão aos embargos manifestamente protelatórios .....	759
67.3.2.1	Problema de política legislativa .....	759
67.3.2.2	Destinatários da sanção pecuniária .....	760
67.3.2.3	Caracterização do manifesto caráter protelatório .....	760
67.3.2.4	Reiteração da sanção pecuniária nos embargos protelatórios...	761
67.3.2.5	Cumulação de sanções pecuniárias nos embargos protelatórios .....	761
67.3.2.6	Proibição dos embargos declaratórios .....	762

## 11. RECURSO ORDINÁRIO

68.	Origem e evolução do recurso ordinário .....	763
69.	Natureza do recurso ordinário.....	769
70.	Confronto e semelhanças entre o recurso ordinário e a apelação.....	770
71.	Definição de recurso ordinário .....	773
72.	Avaliação crítica do recurso ordinário .....	773
73.	Cabimento do recurso ordinário .....	774
73.1	Cabimento do recurso ordinário contra provimentos colegiados .....	774
73.1.1	Natureza e conteúdo do provimento denegatório.....	774
73.1.2	Caráter final do provimento denegatório.....	776
73.1.3	Denegação de mandado de segurança.....	777
73.1.4	Denegação de <i>habeas data</i> .....	781
73.1.5	Denegação de mandado de injunção.....	784
73.1.6	Denegação de <i>habeas corpus</i> .....	786
73.2	Cabimento do recurso ordinário contra provimentos singulares.....	788
74.	Condições de admissibilidade do recurso ordinário.....	790
74.1	Cabimento do recurso ordinário: fungibilidade .....	791
74.2	Legitimidade para interpor recurso ordinário .....	792
74.3	Prazo da interposição do recurso ordinário .....	792
74.4	Regularidade formal do recurso ordinário.....	792
74.5	Preparo do recurso ordinário.....	793
75.	Efeitos da interposição do recurso ordinário .....	793
75.1	Efeito devolutivo .....	793
75.2	Efeito suspensivo .....	796
76.	Procedimento do recurso ordinário.....	798
76.1	Procedimento do recurso ordinário no órgão <i>a quo</i> .....	798
76.2	Procedimento do recurso ordinário no órgão <i>ad quem</i> .....	799
77.	Efeitos do julgamento do recurso ordinário .....	800



## 12. RECURSO EXTRAORDINÁRIO

78. Origem e evolução histórica do recurso extraordinário.....	802
79. Função constitucional do recurso extraordinário .....	810
80. Denominação do recurso.....	812
81. Regimes do recurso extraordinário.....	813
82. Cabimento do recurso extraordinário .....	813
82.1 Condições genéricas do cabimento do recurso extraordinário .....	814
82.1.1 Esgotamento das vias recursais ordinárias.....	815
82.1.1.1 Recorribilidade dos provimentos de primeiro grau .....	815
82.1.1.2 Recorribilidade dos provimentos de segundo grau.....	816
82.1.2 Prequestionamento da questão constitucional .....	821
82.1.3 Ofensa direta à norma constitucional .....	827
82.1.4 Repercussão geral da questão constitucional.....	828
82.1.4.1 Confronto entre a repercussão geral e a arguição de relevância.....	831
82.1.4.2 Origem da repercussão geral .....	832
82.1.4.3 Localização da repercussão geral no juízo de admissibilidade.....	835
82.1.4.4 Fatores que determinam a existência e a inexistência da repercussão geral.....	837
82.2 Condições específicas do cabimento do recurso extraordinário .....	839
82.2.1 Provimento que contraria norma constitucional .....	843
82.2.2 Provimento que declara a inconstitucionalidade de tratado ou de lei federal .....	844
82.2.3 Provimento que julga válida lei ou ato de governo local contestado perante norma constitucional .....	846
82.2.4 Provimento que declara válida lei local contestada perante lei federal....	847
83. Efeitos da interposição do recurso extraordinário .....	850
83.1 Efeito devolutivo do recurso extraordinário.....	851
83.2 Efeito suspensivo do recurso extraordinário .....	853
83.2.1 Caráter provisório da execução na pendência do extraordinário .....	854
83.2.2 Competência para atribuir efeito suspensivo ao extraordinário.....	855
83.2.3 Forma da obtenção do efeito suspensivo no extraordinário.....	858
83.2.4 Requisitos para obtenção do efeito suspensivo no extraordinário .....	859
84. Procedimento do recurso extraordinário.....	860
84.1 Procedimento do recurso extraordinário no tribunal de origem.....	862
84.1.1 Prazo de interposição do extraordinário.....	862
84.1.1.1 Termo inicial do prazo do extraordinário perante decisão majoritária .....	862
84.1.1.2 Ônus de interposição simultânea dos recursos extraordinário e especial .....	863
84.1.1.3 Controle da tempestividade do recurso extraordinário .....	864
84.1.2 Forma e conteúdo da interposição do recurso extraordinário .....	865
84.1.2.1 Endereçamento da petição de interposição ao órgão competente.....	866
84.1.2.2 Regularidade formal do recurso extraordinário.....	866

84.1.3	Preparo do recurso extraordinário.....	870
84.1.4	Formação do contraditório no recurso extraordinário .....	871
84.1.5	Incidente de adesão ao recurso extraordinário .....	871
84.1.6	Suspensão nacional no incidente de resolução de demandas repetitivas...	873
84.1.7	Controle do recurso extraordinário no tribunal de origem.....	874
84.1.7.1	Prazo do pronunciamento do presidente ou do vice-presidente .....	874
84.1.7.2	Motivação do pronunciamento do presidente ou do vice-presidente .....	875
84.1.7.3	Negativa de seguimento ao recurso extraordinário .....	876
84.1.7.4	Retratação do acórdão divergente do precedente do STF.....	876
84.1.7.5	Suspensão em razão do regime de recursos extraordinários repetitivos .....	877
84.1.7.6	Seleção do acórdão representativo da controvérsia constitucional .....	879
84.1.7.7	Juízo de admissibilidade do recurso extraordinário .....	880
84.1.8	Interposição de agravo interno contra a decisão do presidente ou do vice-presidente .....	881
84.1.9	Interposição de agravo contra a decisão de inadmissibilidade do extraordinário .....	882
84.1.9.1	Prazo de interposição do agravo para o STF .....	882
84.1.9.2	Regularidade formal do agravo para o STF .....	883
84.1.9.3	Motivação do agravo para o STF.....	883
84.1.9.4	Trâmites do agravo no órgão de origem.....	884
84.1.9.5	Procedimento do agravo no STF.....	884
84.1.9.6	Interposição de agravo interno contra ato do relator no STF..	885
84.2	Procedimento do recurso extraordinário sob repercussão geral no STF .....	886
84.2.1	Relação entre os recursos extraordinário e especial .....	886
84.2.2	Fungibilidade do recurso extraordinário na ofensa reflexa.....	887
84.2.3	Distribuição do recurso extraordinário no STF .....	888
84.2.4	Atribuições do relator no STF.....	888
84.2.5	Julgamento do recurso extraordinário no STF.....	890
85.	Regime dos recursos extraordinários repetitivos.....	892
85.1	Iniciativa da afetação ao regime dos recursos extraordinários repetitivos.....	892
85.2	Seleção dos recursos extraordinários representativos da controvérsia.....	892
85.3	Exclusão do recurso extraordinário intempestivo.....	893
85.4	Decisão de afetação dos recursos extraordinários.....	893
85.5	Prazo de julgamentos dos recursos afetados e renovação da afetação .....	894
85.6	Exclusão do recurso extraordinário diferente.....	894
85.7	Instrução dos recursos extraordinários repetitivos.....	895
85.8	Julgamento dos recursos extraordinários repetitivos.....	895
85.9	Efeitos do julgamento dos recursos extraordinários repetitivos nos processos suspensos .....	896
86.	Efeitos do julgamento do recurso extraordinário .....	897
86.1	Efeitos da inadmissibilidade do extraordinário .....	897





## SUMÁRIO

43

86.2	Efeitos do julgamento do mérito do extraordinário.....	898
86.2.1	Eficácia substitutiva do provimento impugnado .....	900
86.2.2	Eficácia da declaração da inconstitucionalidade.....	901
86.2.2.1	Extensão da eficácia do julgamento pelo Senado Federal .....	903
86.2.2.2	Formulação de regra jurídica abstrata .....	904
86.2.3	Declaração da existência de repercussão geral .....	905
86.3	Impugnação do julgamento do recurso extraordinário .....	905

### 13. RECURSO ESPECIAL

87.	Localização do recurso especial no quadro geral dos recursos.....	908
88.	Origem do recurso especial .....	908
89.	Finalidade constitucional do recurso especial .....	911
90.	Denominação do recurso.....	913
91.	Cabimento do recurso especial.....	914
91.1	Condições genéricas do cabimento do recurso especial .....	914
91.1.1	Esgotamento das vias recursais ordinárias.....	915
91.1.2	Prequestionamento da questão federal .....	917
91.2	Condições específicas do cabimento do recurso especial .....	921
91.2.1	Caracterização da questão federal.....	921
91.2.2	Provimento que contraria ou nega vigência a tratado ou lei federal .....	927
91.2.3	Provimento que julga válido ato do governo local perante lei federal .....	930
91.2.4	Provimento que confere à lei federal interpretação divergente de outro tribunal .....	931
91.2.4.1	Identidade do objeto do dissídio .....	932
91.2.4.2	Natureza federal do dissídio .....	932
91.2.4.3	Atualidade do dissídio.....	932
91.2.4.4	Diversidade de tribunais no dissídio .....	933
92.	Efeitos da interposição do recurso especial .....	934
92.1	Efeito devolutivo do recurso especial .....	935
92.2	Efeito suspensivo do recurso especial.....	938
92.2.1	Caráter provisório da execução na pendência do recurso especial.....	938
92.2.2	Competência para atribuir efeito suspensivo ao recurso especial .....	939
92.2.3	Forma da obtenção do efeito suspensivo no recurso especial .....	941
92.2.4	Requisitos para obtenção do efeito suspensivo no recurso especial .....	942
93.	Procedimento do recurso especial.....	943
93.1	Procedimento do recurso especial no tribunal de origem.....	943
93.1.1	Prazo de interposição do recurso especial.....	943
93.1.1.1	Recurso especial interposto antes da intimação.....	944
93.1.1.2	Controle da tempestividade do recurso especial no protocolo integrado.....	945
93.1.2	Forma e conteúdo da petição de interposição do recurso especial .....	946
93.1.2.1	Endereçamento da petição de interposição do recurso especial .....	947
93.1.2.2	Regularidade formal no recurso especial.....	947

93.1.3	Preparo do recurso especial.....	952
93.1.4	Formação do contraditório no recurso especial.....	953
93.1.5	Incidente de adesão no recurso especial.....	953
93.1.6	Suspensão nacional do incidente de resolução de demandas repetitivas... ..	955
93.1.7	Controle do recurso especial.....	956
93.1.7.1	Negativa de seguimento ao recurso especial.....	956
93.1.7.2	Retratação do acórdão divergente do precedente do STJ.....	957
93.1.7.3	Suspensão em razão do regime dos recursos especiais repeti- tivos.....	958
93.1.7.4	Seleção do acórdão representativo da controvérsia federal....	959
93.1.7.5	Juízo de admissibilidade do recurso especial.....	961
93.1.8	Interposição do agravo contra a decisão de inadmissibilidade do recurso especial.....	963
93.1.8.1	Prazo de interposição do agravo para o STJ.....	963
93.1.8.2	Regularidade formal do agravo para o STJ.....	964
93.1.8.3	Motivação do agravo para o STJ.....	965
93.1.8.4	Trâmites do agravo no tribunal de origem.....	965
93.1.8.5	Procedimento do agravo no STJ.....	965
93.1.8.6	Interposição de agravo interno contra ato do relator no STJ... ..	966
93.1.9	Interposição conjunta dos recursos especial e extraordinário e a repercussão geral.....	967
93.2	Procedimento do recurso especial no STJ.....	968
93.2.1	Procedimento comum do recurso especial.....	968
93.2.2	Procedimento dos recursos especiais repetitivos.....	969
93.2.2.1	Iniciativa da afetação ao regime dos recursos especiais repeti- tivos.....	970
93.2.2.2	Seleção dos recursos especiais representativos da controvér- sia.....	970
93.2.2.3	Exclusão do recurso especial intempestivo.....	970
93.2.2.4	Decisão de afetação dos recursos especiais.....	971
93.2.2.5	Prazo de julgamento dos recursos afetados e renovação da afetação.....	971
93.2.2.6	Exclusão do recurso especial diferente.....	972
93.2.2.7	Instrução dos recursos especiais repetitivos.....	973
93.2.2.8	Julgamento dos recursos especiais repetitivos.....	973
93.2.2.9	Efeitos do julgamento dos recursos especiais repetitivos nos processos suspensos.....	973
94.	Efeitos do julgamento do recurso especial.....	974
94.1	Efeitos da inadmissibilidade do recurso especial.....	974
94.2	Efeitos do julgamento do mérito do recurso especial.....	975

#### 14. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA

95.	Origem e evolução histórica dos embargos de divergência.....	979
96.	Finalidade dos embargos de divergência.....	984
97.	Avaliação crítica dos embargos de divergência.....	985



## SUMÁRIO

45

98. Cabimento dos embargos de divergência.....	986
98.1 Atributos do acórdão embargado.....	987
98.2 Atributos do acórdão paradigma .....	992
99. Condições de admissibilidade dos embargos de divergência .....	995
99.1 Cabimento dos embargos de divergência: fungibilidade.....	995
99.2 Prazo de interposição dos embargos de divergência .....	996
99.3 Regularidade formal dos embargos de divergência .....	997
99.3.1 Demonstração da divergência.....	998
99.3.2 Comprovação da divergência.....	999
99.4 Preparo dos embargos de divergência.....	1000
100. Efeitos da interposição dos embargos de divergência .....	1001
100.1 Efeito devolutivo dos embargos de divergência.....	1001
100.2 Efeito suspensivo dos embargos de divergência.....	1002
100.3 Efeito interruptivo dos embargos de divergência .....	1003
101. Procedimento dos embargos de divergência.....	1003
101.1 Competência para julgar os embargos de divergência no STF.....	1003
101.2 Competência para julgar os embargos de divergência no STJ.....	1004
101.3 Atitudes iniciais do relator .....	1005
101.4 Abertura de vista ao embargado .....	1006
101.5 Abertura de vista ao Ministério Público .....	1006
101.6 Atitudes subsequentes do relator .....	1007
101.6.1 Retratação do juízo positivo de admissibilidade.....	1007
101.6.2 Julgamento do mérito dos embargos de divergência.....	1008
101.6.3 Pedido de dia para julgamento .....	1008
102. Julgamento dos embargos de divergência.....	1008
103. Efeitos do julgamento dos embargos de divergência .....	1009

### Parte III

### DEMAIS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO E RECLAMAÇÃO

#### 15. SUCEDÂNEOS RECURSAIS

104. Definição de sucedâneo recursal no direito brasileiro .....	1011
105. Origem e evolução dos sucedâneos recursais .....	1016
106. Remessa necessária .....	1020
106.1 Origem e evolução história da apelação <i>ex officio</i> .....	1020
106.2 Institutos similares à apelação <i>ex officio</i> no direito estrangeiro.....	1024
106.3 Natureza jurídica da remessa necessária .....	1025
106.4 Cabimento da remessa necessária .....	1031
106.5 Efeitos da pendência da remessa necessária .....	1035
107. Correição parcial.....	1037
107.1 Origem e evolução histórica da correição parcial.....	1037
107.2 Natureza jurídica da correição parcial.....	1038



107.3	Cabimento da correção parcial.....	1040
107.4	Efeitos da interposição da correção parcial .....	1042
108.	Pedido de reconsideração.....	1042
108.1	Origem e evolução histórica do pedido de reconsideração.....	1042
108.2	Cabimento do pedido de reconsideração .....	1044
108.3	Efeitos da interposição do pedido de reconsideração.....	1045
109.	Suspensão da liminar .....	1045
109.1	Origem e evolução histórica da suspensão da liminar.....	1046
109.2	Natureza jurídica da suspensão da liminar.....	1047
109.3	Cabimento da suspensão da liminar .....	1049
109.4	Efeitos da interposição da suspensão da liminar .....	1050
110.	Agravo regimental.....	1052
110.1	Origem e evolução histórica do agravo regimental.....	1052
110.2	Natureza jurídica do agravo regimental .....	1053
110.3	Cabimento do agravo regimental.....	1055
110.4	Efeitos da interposição do agravo regimental.....	1056

#### 16. RECLAMAÇÃO

111.	Origem e evolução da reclamação .....	1057
112.	Natureza jurídica da reclamação .....	1059
113.	Finalidades da reclamação .....	1060
114.	Cabimento da reclamação .....	1061
114.1	Preservação da competência do tribunal.....	1061
114.2	Garantia da autoridade da decisão do tribunal.....	1062
114.3	Garantia de súmula vinculante e de decisão no controle concentrado de constitucionalidade .....	1062
114.4	Garantia do precedente nos incidentes de resolução de demandas repetitivas e assunção de competência .....	1063
115.	Procedimento da reclamação .....	1064
115.1	Competência na reclamação.....	1064
115.2	Legitimidade ativa de passiva na reclamação.....	1064
115.3	Oportunidade da reclamação .....	1066
115.4	Forma e conteúdo da petição inicial da reclamação.....	1066
115.5	Poderes do relator na reclamação .....	1067
115.6	Contraditório na reclamação.....	1068
116.	Julgamento da reclamação e seus efeitos .....	1068
	BIBLIOGRAFIA.....	1071
	ÍNDICE LEGISLATIVO .....	1119
	ÍNDICE ONOMÁSTICO .....	1147
	OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	1167